



Ana Cristina Nogueira da Silva

***Sobre a importância da História do Direito
para pensar bem o Direito***

Pensar bem um problema, um problema jurídico ou qualquer outro, obriga-nos a pensar sobre como é que pensamos, sobre os contextos a partir dos quais pensamos, sobre a nossa capacidade para identificar os limites que esses contextos impõem ao nosso pensamento, mas também sobre tudo o que eles potenciam.

Só assim se consegue ir mais além, pensar coisas que não fazem parte do “universo do pensável” do qual partimos e, ao mesmo tempo, aproveitar tudo o que esse universo nos pode dar.

A História ajuda-nos nesta tarefa de uma forma dupla. Por um lado, porque pensamos sempre a partir de categorias intelectuais herdadas. Não existem conceitos jurídicos sem história nem fora da história. Todos transportam uma história, feita de múltiplos significados, que se foram substituindo ou acumulando. A densidade dos conceitos é também, portanto, uma densidade histórica, cujo desconhecimento não só condena a uma visão do direito que não consegue ir além da superfície, como envolve o desperdício de séculos de reflexão e de conhecimento.

Por outro lado, a história permite perceber como o direito e os seus conceitos foram re(inventados) nos diversos contextos históricos em que foram “chamados” para resolver novos problemas. Ao descrever esse processo no passado, a história recorda aos juristas do presente que eles são actores em processos semelhantes, seres humanos procurando resolver

problemas novos com recurso a um património que já existe e que é preciso conhecer e reinventar.

Não se trata, como tantas vezes acontece, de inventar “tradições jurídicas” intemporais para legitimar soluções jurídicas, um fenómeno que só a história do direito é capaz de documentar. Trata-se de (re)conhecer o património do qual parte, de retirar dele toda a sua riqueza e, depois, se “libertar” dele e ser finalmente mais capaz de encontrar respostas que ajudem a resolver problemas jurídicos do mundo actual.

A história mostra que o direito é uma “variável dependente” da sociedade, porque sociedades diferentes produziram direitos diferentes e porque não é difícil descobrir interesses hegemónicos a sustentar sistemas jurídicos do passado. Mas a história mostra igualmente que o direito é também uma variável independente. Que pode talvez realizar aquilo que todos os juristas aprendem ser a sua primeira finalidade, a justiça. A história do direito documenta momentos em que isso aconteceu no passado. E também mostra que foram os juristas que melhor compreenderam o património do qual partiram aqueles que melhor souberam “usar” o direito como variável independente. É por isso que eu, professora de História do Direito, peço aos meus alunos que tenham paciência com a história. E que acreditem que, com essa disciplina, podem vir a ser melhores juristas.

FDUNL
Abril de 2010